serviços aduaneiros competentes de «muito críticas», nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 363/81, de 31 de Dezembro.

15.º Sempre que o pessoal da Guarda Fiscal desempenhe serviços a requerimentos de «partes» que sejam da competência dos funcionários aduaneiros, os emolumentos a cobrar serão os constantes da tabela II anexa à Reforma Aduaneira, nos termos da 15.ª observação à mesma tabela.

Estes serviços ficam abrangidos pela doutrina constante das instruções para a cobrança, escrituração, distribuição e prestação de contas por serviços especiais passíveis de cobrança emolumentar em vigor naquele corpo especial de tropas.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA SAÚDE

Portaria n.º 647/89

de 12 de Agosto

O Decreto-Lei n.º 210/87, de 20 de Maio, cometeu à Direcção de Serviços de Contencioso da Secretaria-Geral do Ministério da Saúde funções para cujo cabal

desempenho se impõe a reestruturação do respectivo quadro de pessoal.

Nestes termos, ao abrigo do disposto no artigo 14.º, n.º 5, segunda parte, do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, e em conformidade com o artigo 1.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 59/76, de 23 de Janeiro:

Manda o Governo, pelos Ministros das Finanças e da Saúde, que o quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Saúde, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 210/87, de 20 de Maio, seja substituído, na parte referente ao pessoal técnico superior de contencioso e consulta jurídica, pelo quadro anexo à presente portaria e que dela faz parte integrante.

Ministérios das Finanças e da Saúde.

Assinada em 24 de Julho de 1989.

Pelo Ministro das Finanças, *Rui Carlos Alvarez Carp*, Secretário de Estado do Orçamento. — A Ministra da Saúde, *Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça Tavares*.

Quadro anexo

Grupo de pessoal	Área funcional	Carreira	Categoria	Letra de vencimento	Número de lugares
Técnico superior	Contencioso e consulta jurídica.	Consultor jurídico (a)...	Assessor principal Assessor Técnico superior principal ... Técnico superior de 1.ª classe Técnico superior de 2.ª classe	A B, C, D e E	4 (b) 11

(a) Em nenhum momento poderão estar providos mais de onze lugares na carreira.

(b) Um lugar, criado pela Portaria n.º 189/86, de 8 de Maio, a extinguir quando vagar, inicialmente de letra C e actualmente convertido em letra B, por força do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho.

Portaria n.º 648/89

de 12 de Agosto

No quadro de pessoal dos Hospitais da Universidade de Coimbra, aprovado pela Portaria n.º 720-B/86, de 28 de Novembro, a valência de imunologia comporta um chefe de serviço hospitalar e dois assistentes hospitalares.

Presentemente, verifica-se que tal dotação é manifestamente insuficiente para as necessidades de natureza assistencial e formativa e também para o normal funcionamento da zona de internamento autónoma que lhe está adstrita.

Assim:

Manda o Governo, pelos Ministros das Finanças e da Saúde, observado o disposto no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro, e ao

abrigo do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 59/76, de 23 de Janeiro, que o quadro de pessoal dos Hospitais da Universidade de Coimbra, aprovado pela Portaria n.º 720-B/86, de 28 de Novembro, e posteriormente alterado pelas Portarias n.ºs 692/87, de 12 de Agosto, e 966/87, de 30 de Dezembro, seja de novo alterado de acordo com o quadro anexo à presente portaria.

Ministérios das Finanças e da Saúde.

Assinada em 25 de Julho de 1989.

Pelo Ministro das Finanças, *Rui Carlos Alvarez Carp*, Secretário de Estado do Orçamento. — A Ministra da Saúde, *Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça Tavares*.

Quadro de pessoal dos Hospitais da Universidade de Coimbra

Grupos de pessoal	Área funcional	Carreira	Categoria	Número de lugares	Letra de vencimento
.....				...	...
Pessoal técnico superior...	Imunologia	Médica hospitalar	 Chefe de serviço hospitalar Assistente hospitalar	1 3	B C/D
.....				...	...
.....				...	...